

O ENSINO DA LITERATURA NO BRASIL

Eunaldo Verdi (*)

Traçar diretrizes para o ensino da literatura no Brasil pode parecer, hoje, uma tarefa por demais ousada. Não é este, absolutamente, o intuito deste artigo. Mas a minha impressão é a de que, em décadas anteriores, esta empreitada era relativamente fácil. Pelo menos é o que se depreende da leitura de "O Ensino da Literatura Brasileira", de Afrânio Coutinho (1). Fosse este um artigo isolado, não faria o menor sentido atentarmos às idéias ali expostas. Constitui-se, ao contrário, numa espécie de auto-reconhecimento do êxito obtido pelo doutrinário teórico-crítico-historiográfico pregado entre nós por Afrânio Coutinho, desde 1948. Não há como negar, sobretudo, que o ensino de literatura brasileira nas Universidades Federais deu-se sob a hegemonia dessas idéias, principalmente após a publicação de "A Literatura no Brasil", em 1955-59.

Com o presente artigo pretende-se lançar as bases para a compreensão do "como" e do "porquê" dessa hegemonia. Não afastamos, por isso, a premissa de que todo discurso histórico se constitui em discurso representativo de determinados grupos humanos, isto é, ideológico. Será, pois, sem a pretensão de esgotar o assunto, uma tentativa de avaliação genético-sistemática das idéias de autor em questão.

Quando se iniciou no estudo das Letras, Afrânio Coutinho deparou-se com o domínio da Retórica e da História nos estudos literários, herança da influência européia na Universidade brasileira. Sua primeira reação, ao que parece, foi de descontentamento e inconformismo. Este turbilhão interior estava a exigir-lhe a ocorrência do "novo" dentro deste campo do pensamento brasileiro. Foi com este espírito que, em janeiro de 1942, ele chega

aos Estados Unidos, onde se depara com "o maior centro de estudos do mundo, a Universidade americana, disciplinadora, ordenadora e orientadora de inteligências" (2). Nos Estados Unidos trava conhecimentos com o "new criticism", um aglomerado de doutrinas que: a) preconiza a análise imanente do texto literário (close-reading), visando a obra como obra e não como documento social, moral e filosófico; b) ignora a condição histórica da literatura; c) rejeita a crítica impressionista; d) exige do crítico recurso a todo conhecimento científico possível.

De volta ao Brasil, seis anos mais tarde, Afrânio Coutinho lança-se na tarefa de disciplinar as inteligências brasileiras. Prega, "em vez do 'New criticism', que seria denominação restritiva, o uso da expressão 'nova crítica', como termo genérico para designação global de todas as correntes de renovação crítica no século XX", num esforço em prol da renovação crítica e dos estudos literários, inclusive o ensino de literatura (3). Se, de um lado, o "new criticism" constitui-se num amplo aglomerado de correntes doutrinárias, às vezes conflitantes entre si, de outro, a então denominada "nova crítica" (espécie de "New criticism" tupiniquim) torna este aglomerado ainda mais problemático. Mas o que vem a ser, afinal, essa "nova crítica"? Deixemos seu autor debatendo-se no interior de seu emaranhado doutrinário e nos fixemos em alguns poucos pontos, nos quais podemos resumir toda a teoria da corrente crítica apregoada por Afrânio Coutinho.

Em primeiro lugar, a "nova crítica" parte da premissa de que "a literatura é uma arte, a arte da palavra, isto é, um produto da imaginação criadora, cujo meio específico é a palavra, e cuja finalidade é despertar no leitor ou ouvinte o prazer estético. (...) A crítica é, sobretudo, a análise desses componentes intrínsecos, dessa substância estética, a ser estudada como arte e não como documento social ou cultural, com um mínimo de referência ao ambiente sócio-histórico" (4). Sendo assim, "a arte é dotada de existência plena e autônoma, independente da história, filosofia, ciências físicas, biológicas e sociais" (5). Neste particular Franklin de Oliveira, um dos poucos críticos de Afrânio Coutinho, observou muito bem que "a 'nova crítica' enfatiza excessivamente a espe-

cificação e o tecnicismo para restringir a área dos privilégios da cultura, sem atentar para o fato principal de que, em si mesma, a técnica não é coisa alguma se não estiver a serviço de algo que lhe transcenda" (6).

No campo historiográfico veremos então que "a periodização literária ideal obedecerá a critério puramente literário, a partir da noção de que a literatura se desenvolve como literatura. Um período é assim uma seção de tempo (dentro do desenvolvimento universal) dominado por um sistema de normas, padrões e convenções literárias, cuja introdução, alastramento, diversificação, integração e desaparecimento podem ser traçados. A história de um período consistirá em mostrar a ascensão e decadência do sistema de normas, as mudanças de um para outro sistema" (7). Apoiada nestas bases teóricas fica, destarte, instituída a "historiografia de periodização estilística".

Constata Afrânio Coutinho que, dentro destes parâmetros, não existe ainda literatura brasileira, mas apenas "literatura no Brasil", pois "ainda não nos libertamos de certos complexos e embaraços da imaturidade adolescente, que contrariam e desorientam os impulsos criadores. Nota-se uma impotência singular em nosso espírito criador, que não chega a realizar-se plenamente, não amadurece. Daí a falta de profundidade de nossa literatura, e um sentido de fracasso, frustração, inacabamento que dela se depende, uma literatura de adolescente, como bem observou José Veríssimo, literatura feita por moços, geralmente rapazes das escolas superiores, ou simplesmente estudantes de preparatórios, sem o saber dos livros e menos ainda o da vida" (8). Sem entrar no mérito da questão, sob todos os aspectos polêmica, de saber se a literatura é ou não privilégio de adultos, convém salientar o espírito anti-histórico, anti-cronológico e anti-político da historiografia pregada por Afrânio Coutinho. A escolha deste caminho implica necessariamente que devemos apagar de uma vez por todas todo o nosso passado literário, passado este que, quer queiramos ou não, funciona como base sobre a qual haverá de se erigir o futuro de nossas letras. Concordamos que ainda não logramos construir ou consolidar a formação do país, como afirma Afrânio Coutinho, mas daí até afir-

mar que enquanto isto não acontecer será impossível uma literatura vigorosamente original vai um grande abismo, no qual não desejamos sucumbir. Será pois necessário, seguindo o raciocínio do autor de "A Literatura no Brasil", apagar da literatura brasileira nomes da envergadura de Machado de Assis e Graciliano Ramos apenas para ficar com dois nomes, pois que seria dispendioso citar todos.

Apesar de todo o alarde acerca da "nova crítica", a verdadeira renovação crítica brasileira, ao que tudo indica, não estaria destinada a Afrânio Coutinho, uma vez que não conseguiu realizar, na prática, a crítica e a historiografia desejadas. Pelo menos é o que se depreende de uma análise, ainda que superficial, de "A Literatura no Brasil", a obra por excelência desta noca corrente crítica. Na sua "Introdução Geral", o autor confessa-se impotente para realizar sozinho o seu projeto. Resolve então repartir a tarefa com outros críticos, dando a cada um a responsabilidade pela realização de um capítulo do livro, cabendo-lhe o papel de orientador da coletânea. Desta forma a obra resultou num aglomerado de correntes, onde, "excluídas a Introdução Geral e os capítulos sobre o barroco, o padre Antônio Vieira, Botelho de Oliveira, as origens da poesia e Gregório de Matos, cujos autores são, respectivamente, Afrânio Coutinho, Eugênio Gomes, Domingos Carvalho da Silva e Segismundo Spina, todas as outras peças não assimilaram, sequer, a terminologia do 'new criticism'. Seus autores permanecem no mesmo estágio em que Sílvio Romero e José Veríssimo deixaram a crítica: crítica histórica ou crítica periférica" (9). Em que pese o unilateralismo da pregação formalística de Afrânio Coutinho, na obra que coordenou vamos encontrar, inclusive, capítulos de pura sociologia literária. Mesmo o capítulo sobre o barroco, escrito por Afrânio Coutinho, não chega a ser o que poderia constituir um modelo de aplicação dessas teorias. Nele o autor apela para valores extrínsecos, reconhecendo a insuficiência da "nova crítica" na abordagem da problemática literária. "Seria contradição, se não constituísse antes confissão de impotência dos métodos da 'close-analysis', impotência que o autor procura corrigir com o apelo aos processos da sociologia literária" (10).

Já podemos, a esta altura, estabelecer a relação entre a corrente crítica pregada por Afrânio Coutinho e o papel que a mesma desempenhou na formação da consciência crítica brasileira, como pressuposto para a compreensão da sua hegemonia na Universidade. Para tanto, tomamos como premissa o fato de que a Universidade se Constitui num Aparelho Ideológico do Estado e, como tal, sua função fundamental é a de transmitir a cultura oficial, aquela que obedece à característica social de que a cultura dominante é a cultura das classes dominantes (11). Como, então, taxar a "nova crítica" de cultura das classes dominantes? E que pressupostos históricos favoreceram a sua adoção na Universidade brasileira?

A ideologia populista (industrialista-desenvolvimentista-nacionalista) da primeira metade da década de 50 criou impasses muito grandes na economia brasileira. Depois da morte de Getúlio, durante o governo Kubitschek, a resolução desses impasses já não foi mais possível sem apelar para o capital estrangeiro, visto que o capital achava-se plenamente internacionalizado. A entrada maciça de capital estrangeiro no Brasil, principalmente americano, criou, assim, condições para o necessário e absoluto atrelamento de nossa política, primeiro econômica, depois cultural e social, à política de expansão externa dos Estados Unidos. Hoje é bem conhecida entre nós a influência que teve no Brasil a chamada "Aliança para o Progresso" e mais tarde o que se denominou "Relatório Acton", instrumentos da política norte-americana de dominação imperialista sobre a América Latina, num esforço de aliar a Universidade aos fins de lucro, através de sua privatização, sofisticação tecnológica, desumanização e alijamento da consciência nacional. Afrânio Coutinho, na medida em que prega o anti-historicismo, conferindo valor científico (cientificista, diga-se logo) ao estudo da literatura, muito tem contribuído para o aprofundamento daquela política. Se hoje a Universidade brasileira "sofre do que há de mais atrasado, no domínio do conhecimento, e do que há de mais moderno no domínio da técnica, e se desumaniza, nessa pressão dupla, que a deforma e corrompe" (12), tal contradição também está enraizada nas Faculdades de Letras, dada a facilidade com que o "esteticismo" as

tem contaminado. Se, desde logo, estas idéias encontraram um terreno propício ao seu cultivo, após 64 elas vigoraram ainda com maior facilidade. E não é necessário arrolar aqui as razões, por demais conhecidas, dessa facilidade.

À par de toda uma conjuntura internacional que faz com que as formulações ideológicas de fora tenham aqui um grande prestígio, sobretudo na área intelectual, dada a posição ideologicamente subordinada do país, temos o agravante de que "faz parte do prestígio das classes dominantes absorver e repetir essas ideologias e faz também parte desse interesse que esteja em circulação uma galáxia, uma nebulosa ideológica que decapite a problemática local, que faça com que problemática local não apareça" (13). Nem por isso devemos, absolutamente, assumir uma posição xenófoba diante de questões como a que ora analisamos. Por outro lado, porém, o mínimo de bom senso nos aconselha a adotar um mínimo de postura crítica diante das correntes de pensamentos alienígenas, no sentido de tirarmos o máximo proveito delas, naquilo que elas podem nos dar de útil.

Cabe-nos, portanto, apesar das muitas falhas que possa ter, reconhecer a importância que teve Afrânio Coutinho, no sentido de tirar a crítica brasileira do puro impressionismo, chamando-nos a atenção para o fato de que, ao estudarmos literatura, é com textos literários que estamos trabalhando. De qualquer forma, não devemos nos esquecer também de que a minuciosidade técnica não deve ser "considerada como um fim em si mesma, mas, sobretudo, como meio de tornar o crítico consciente de tudo quanto se faz necessário, no processo criador, à mais pura adequação do escritor às exigências da cultura filosófica, ética, política, social, estética, etc" (14).

(*) Aluno de Pós-Graduação em Letras-opção Literatura Brasileira — UFSC

(1) COUTINHO, Afrânio. "O Ensino da Literatura Brasileira", Rio de Janeiro, Cadernos da PUC nº 26, 1975.

- (2) *Idem*, pág. 133.
- (3) *Idem*, pág. 134.
- (4) COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 9ª edição, 1968, pág. 61.
- (5) COUTINHO, Afrânio. *Da Crítica e da Nova Crítica*, Rio, Civilização Brasileira, 2ª edição, 1975, pág. 147.
- (6) OLIVEIRA, Franklin de. "A Crítica — Uma Revolução Permanente": In *Fantasia Exata*, Rio, Zahar Editores, 1959, pág. 121.
- (7) COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no País*, *idem*, pág. 21.
- (8) *Idem*, pág. 44-5.
- (9) OLIVEIRA, Franklin de. *Ob. cit.*, pág. 120.
- (10) OLIVEIRA, Franklin de. "Diagnose da Literatura Brasileira"; *ob. cit.*, pág. 135.
- (7) COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*, *idem*, pág. 21.
- (8) *Idem*, pág. 44-5.
- (9) OLIVEIRA, Franklin de. *Ob. cit.*, pág. 120.
- (10) OLIVEIRA, Franklin de. "Diagnose da Literatura Brasileira"; *ob. cit.*, pág. 135.
- (11) SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. Rio, Civilização Brasileira, 6ª edição, 1978.
- (12) *Idem*, pág. 127-8.
- (13) SCHWARZ, Roberto. Entrevista In Revista *Encontros com a Civilização Brasileira* nº 15, Rio, Civilização Brasileira, setembro de 1979, pág. 106.
- (14) OLIVEIRA, Franklin de. "Notas sobre a Crítica Literária", *ob. cit.*, pág. 234.

OBS.: Este trabalho só foi possível graças à colaboração de Cleusa T. Suiter de Aquino, a quem muito agradeço.